



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/700.349-1	MGP2000913935	13/11/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
130.463.416-79	ELIAM MATTHEW DE SOUZA FERNANDES
115.486.636-03	MARINA TAMYRIS SILVA FERNANDES
000.732.156-27	RONI AGMAR DE SOUZA FERNANDES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



SEXTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
MAKE EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA
CNPJ/MF nº 13.183.196/0001-49
NIRE nº 312.090.5342-4

ELIAM MATTHEW DE SOUZA FERNANDES, brasileiro, Empresário, solteiro, nascido em 12/02/2000, portador da Cédula de Identidade nº MG-20.786.331, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 130.463.416-79, residente na Rua Professora Didi Andrade, nº 698, Apt. D, Bairro Santo Antônio, na cidade de Itabira/MG, CEP 35.900-109;

MARINA TAMYRIS SILVA FERNANDES, brasileira, Administradora, solteira, portador da Carteira de Identidade nº MG-15.750.695, expedida pela PC/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 115.486.636-03, residente na Rua Ormino Dias Lage, nº 119, Bairro Bela Vista, na cidade de Itabira, CEP 35900-108.

Os sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada denominada, **MAKE EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.183.196/0001-49, cujo Contrato Social encontra-se registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, sob o NIRE nº 31209053424 em 05/12/2018, resolvem, de comum acordo, alterá-lo novamente, e o faz mediante as Cláusulas e condições seguintes.



PARTE I - ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL

I. CLAUSULA PRIMEIRA - ENTRADA E SAÍDA DE SÓCIOS/ CESSÃO DE QUOTAS

A Sócia, **MARINA TAMYRIS SILVA FERNANDES**, já qualificada no preâmbulo, neste ato, retira-se desta Empresa, cedendo e transferindo, de forma irrevogável e irretratável, a totalidade das suas 25.000 (vinte e cinco mil) quotas, no valor total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais para **RONI AGMAR DE SOUZA FERNANDES**, brasileiro, Empresário, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade nº 7.698.279, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 000.732.156-27, residente na Rua Didi Andrade, nº 698, Apt D, Bairro Santo Antônio, na cidade de Itabira/ MG, CEP: 35.900-109.

Parágrafo Primeiro - A Sócia retirante, **MARINA TAMYRIS SILVA FERNANDES**, declara que nada mais tem a reclamar, seja a que título for, nem dos cessionários e nem desta empresa, dando-lhe, plena, geral, rasa e irrevogável quitação, como também, não mais se responsabilizará por quaisquer passivos contraídos por esta Empresa, seja de ordem Fiscal, tributária, administrativa e financeira, realizados a partir da data do registro desta alteração contratual no cartório de registro de pessoa, civil ficando assim, o titular responsabilizado por tais atos.

Parágrafo Segundo - Em fase das alterações ocorridas, o capital social da Empresa, continuará sendo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil e reais), dividido em 250.000 (duzentos e cinquenta mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente do país, fica distribuído da seguinte forma:



SÓCIOS	QUOTAS (QUANTIDADE)	VALOR (R\$)
ELIAM MATTHEW DE SOUZA FERNANDES	225.000	225.000,00
RONI AGMAR DE SOUZA FERNANDES	25.000	25.000,00
TOTAIS	250.000	250.000,00

II. CLAUSULA SEGUNDA - ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

A Sociedade que tinha como objetivo social Construções e reformas de edifícios. Empreendimentos e incorporações imobiliárias. Locação de mão-de-obra. Manutenção de banquetas, valetas e abaulamentos de leitos de estradas ou rodovias. Construção de caixas coletoras de água pluviais. Conservação rodoviária. Manutenção de obras de arte rodoviárias. Conservação de vias públicas (Tapa-buraco, tapa- panela, lama asfáltica e congêneres). Serviços de demolição em geral (Construção) e terraplanagem em cortes e aterros. Administração de obras. Serviços de: perícia técnica relacionados à segurança do trabalho. Pintura de edifícios em geral. Desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia, e preparação do terreno não especificados anteriormente e transporte de passageiros. Locação de automóveis com motorista, de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de pessoas para uso em obras. Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. Impermeabilização em obras de engenharia civil, obras de alvenaria. Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores. Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente. Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração. Instalação e manutenção elétrica. Testes análises clínicas. Perfurações e sondagens. Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes. Locação de automóveis sem condutor e coleta de resíduos não perigosos de origem urbana



através de lixeiras, veículos ou caçambas, passa a ter como objetivo social as atividades de Construções e reformas de edifícios. Empreendimentos e incorporações imobiliárias. Locação de mão-de-obra. Manutenção de banquetas, valetas e abaulamentos de leitos de estradas ou rodovias. Construção de caixas coletoras de águas pluviais. Conservação rodoviária. Manutenção de obras de arte rodovias. Conservação de vias públicas (Tapa-buraco, tapa-panela, lama asfáltica e congêneres). Serviços de demolição (Construção) e terraplanagem em cortes e aterros. Administração de obras. Serviços de: Perícia técnica relacionados a segurança do trabalho. Pintura e edifícios. Desenho técnico relacionados a arquitetura e engenharia. Preparação do terreno. Transporte de passageiros. Locação de automóveis com motorista, de operação e fornecimento de equipamentos de equipamentos para transporte e elevação de pessoas para uso em obras. Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. Impermeabilização em obras de engenharia civil, obras de alvenaria. Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores. Outras obras de instalação em construção. Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração. Instalação e manutenção elétrica. Testes e análises clínicas. Perfurações e sondagens. Estes Aluguel de máquinas e equipamentos. Equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes. Locação de automóveis sem condutor. Coleta de resíduos não perigosos de origem urbana através de lixeiras, veículos ou caçambas. Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos.

PARTE II - CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Em decorrência da modificação havida, o contrato social se consolida nos termos que se seguem:



MAKE EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA

CNPJ/MF nº 13.183.196/0001-49

NIRE nº 312.090.5342-4

ELIAM MATTHEW DE SOUZA FERNANDES, brasileiro, Empresário, solteiro, nascido em 12/02/2000, portador da Cédula de Identidade nº MG-20.786.331, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 130.463.416-79, residente na Rua Professora Didi Andrade, nº 698, Apt. D, Bairro Santo Antônio, na cidade de Itabira/MG, CEP 35.900-109;

RONI AGMAR DE SOUZA FERNANDES, brasileiro, Empresário, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade nº 7.698.279, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 000.732.156-27, residente na Rua Didi Andrade, nº 698, Apt D, Bairro Santo Antônio, na cidade de Itabira/ MG, CEP: 35.900-109.

Têm, entre si, justa e acordada a constituição de uma sociedade limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes e, nas omissões, pela legislação específica que disciplina essa forma societária:

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO E SEDE

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Sociedade, constituída sob a forma de sociedade limitada, é denominada **MAKE EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA**, e será regida pelo presente contrato social, pelo Código Civil (Lei nº 10.406/2002), e, supletivamente, pelo disposto na Lei nº 6.404/76.

CAPITULO II - DA SEDE E FILIAIS



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8097818 em 18/11/2020 da Empresa MAKE EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA -ME, Nire 31209053424 e protocolo 207003491 - 13/11/2020. Autenticação: B55D99E7AAFC95BAB02FB1595571C1C5E097CFE8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/700.349-1 e o código de segurança dsqH Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/11/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

CLÁUSULA SEGUNDA - A sede da Sociedade encontra-se estabelecida à Rua Didi Andrade, nº 698/E, Bairro Santo Antônio, Itabira, Minas Gerais, CEP 35.900-109.

Parágrafo Único - É facultado à Sociedade, abrir e/ou encerrar Filiais, Depósitos, Escritórios ou Lojas em qualquer ponto do Território Nacional ou no Exterior, obedecendo às disposições legais vigentes e as necessidades da Sociedade. Para estes Estabelecimentos serão fixados os valores do Capital Social de cada um deles, para os fins legais.

CAPÍTULO III - NATUREZA JURÍDICA

CLÁUSULA TERCEIRA - A Natureza Jurídica é SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, de acordo com os preceitos estabelecidos na Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

CAPÍTULO IV - INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO

CLAUSULA QUARTA - A Sociedade iniciou suas atividades em 07/01/2011 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO V - DO OBJETO

CLÁUSULA QUINTA- A sociedade tem por objeto: Construções e reformas de edifícios. Empreendimentos e incorporações imobiliárias. Locação de mão-de-obra. Manutenção de banquetas, valetas e abaulamentos de leitos de estradas ou rodovias. Construção de caixas coletoras de águas pluviais. Conservação rodoviária. Manutenção de obras de arte rodovias. Conservação de vias públicas (Tapa-buraco, tapa-panela, lama asfáltica e congêneres). Serviços de demolição (Construção) e terraplanagem em cortes e aterros. Administração de obras. Serviços de: Perícia técnica relacionados a segurança do trabalho. Pintura e edifícios. Desenho técnico relacionados a arquitetura e engenharia.



Preparação do terreno. Transporte de passageiros. Locação de automóveis com motorista, de operação e fornecimento de equipamentos de equipamentos para transporte e elevação de pessoas para uso em obras. Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. Impermeabilização em obras de engenharia civil, obras de alvenaria. Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores. Outras obras de instalação em construção. Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração. Instalação e manutenção elétrica. Testes e análises clínicas. Perfurações e sondagens. Estes Aluguel de máquinas e equipamentos. Equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes. Locação de automóveis sem condutor. Coleta de resíduos não perigosos de origem urbana através de lixeiras, veículos ou caçambas. Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos.

CAPÍTULO VI - DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA SEXTA - O Capital Social é de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), dividido em 250.000 (duzentos e cinquenta mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), já totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente do País, e está distribuído entre os Sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS (QUANTIDADE)	VALOR (R\$)
ELIAM MATTHEW DE SOUZA FERNANDES	225.000	225.000,00
RONI AGMAR DE SOUZA FERNANDES	25.000	25.000,00
TOTAIS	250.000	250.000,00

Parágrafo Único - A responsabilidade de cada Sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.



CAPÍTULO VII - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

CLAUSULA SÉTIMA - Aos sócios é reservado o direito de preferência na aquisição de cotas do capital.

Parágrafo Primeiro - O sócio ofertante, que desejar ceder ou transferir, total ou parcialmente, suas cotas a outro sócio ou a terceiro, pessoa física ou jurídica de comprovada idoneidade fiscal e financeira, deverá notificar os demais de sua intenção, especificando quantidade, valor e forma de pagamento.

Parágrafo Segundo - Em prazo de até 60 (sessenta) dias da efetivação das notificações, os sócios notificados deverão expressamente manifestar se desejam exercer seu direito de preferência.

Parágrafo Terceiro - Os valores e forma de pagamento serão definidos mediante acordo entre os sócios, ou, na falta deste, através da forma prevista nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro do capítulo XVII.

Parágrafo Quarto - Caso a cessão abranja todas as suas cotas, o sócio ofertante, a partir da manifestação do direito de preferência pelos sócios remanescentes, deixará de exercer, através de seu representante, se for o caso, a função de administrador, que passará a ser exercida unicamente pelos representantes dos sócios remanescentes.

Parágrafo Quinto - Caso os sócios notificados não exerçam seu direito de preferência, total ou parcial, o sócio ofertante poderá alienar ao terceiro interessado as cotas sobre as quais não tenha recaído o direito de preferência.



Parágrafo Sexto - Caso mais de um sócio exerça seu direito de preferência, este respeitará a proporcionalidade da participação de cada um no capital social.

Parágrafo Sétimo - Havendo qualquer modificação nas condições da proposta, cabe ao sócio ofertante dar ciência aos outros sócios das novas condições, reiniciando-se o procedimento, nos termos dos parágrafos 1º e seguintes da Cláusula Sétima.

Parágrafo Oitavo - O terceiro que adquirir, total ou parcialmente, as cotas de qualquer dos sócios, se submete aos termos do presente contrato.

CAPÍTULO VIII - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA OITAVA - A Administração da Sociedade será exercida pelos Sócios **ELIAM MATTHEW DE SOUZA FERNANDES** e **RONI AGMAR DE SOUZA FERNANDES**, que **JUNTOS ou ISOLADAMENTE**, exercerão os poderes necessários à direção dos negócios sociais, assinando quaisquer documentos que envolvam a responsabilidade da Sociedade, podendo assumir e contrair obrigações de qualquer natureza, Ativas e Passivas, contrair e confessar dívidas, abrir e movimentar contas bancárias, aceitar e endossar cheques, contratar e demitir funcionários, nomear e constituir procuradores com poderes amplos para representar a Sociedade em atos ou contratos; enfim, praticar todos os atos necessários à administração da Sociedade.

Parágrafo Primeiro - Poderá a sociedade constituir procuradores, observados os termos do parágrafo quarto.

Parágrafo Segundo - As procurações outorgadas em nome da sociedade deverão conter poderes devidamente especificados e, com



exceção daquelas para fins judiciais, terão seus prazos de validade limitados a 01 (um) ano, cabendo aos sócios-diretores fixar as atribuições dos procuradores e prepostos. O instrumento de procuração deverá especificar os atos a serem praticados pelo procurador, conforme disposto no art. 1018 do Código Civil de 2002, vedado o substabelecimento, exceto para as procurações para fins judiciais.

CAPÍTULO IX - RETIRADA PRÓ-LABORE

CLÁUSULA NONA - Os Sócios **ELIAM MATTHEW DE SOUZA FERNANDES** e **RONI AGMAR DE SOUZA FERNANDES**, que exercem a administração da Sociedade, poderão fazer uma retirada mensal, a título de PRÓ-LABORE, cujo valor será acertado em comum acordo, desde que respeitadas, as limitações estabelecidas pela Legislação do Imposto de Renda.

CAPÍTULO X- DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A pessoa jurídica ao apurar lucro no ano calendário, poderá distribuir dividendos aos seus sócios. Os lucros serão lançados com a rubrica “lucros distribuídos a sócios” e serão isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário.

É permitido aos sócios o recebimento de dividendos de forma desproporcional ao capital social. Os sócios poderão realizar a divisão de dividendo não equânime, em conformidade com o que preconiza o artigo 1.007 do Código Civil, por se tratar de disposição contratual e de livre pactuação.

Parágrafo Único- O pagamento de dividendos de forma desproporcional se dará em razão de critérios estabelecidos como, a



participação societária e o desempenho dos sócios no exercício das obrigações contratuais.

CAPÍTULO XI - AVAIS, FIANÇAS E DEMAIS RESPONSABILIDADES SOCIAIS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - É vedado aos Sócios, a qualquer título, concederem Aval, Fiança, Caução e demais responsabilidades da Sociedade, a favor de quem quer que seja, em negócios que lhe sejam alheios, se não procederem a prévia autorização dos demais Sócios, que neste caso, firmarão em conjunto os atos autorizados.

CAPITULO XII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Os Sócios declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por Lei especial ou em virtude de condenação criminal, por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade (§1º do Art. 1.011 do Código Civil).

Parágrafo Único - Os sócios e diretores da sociedade declaram, individualmente, que não incorrem nos impedimentos estabelecidos na Lei 8.934 de 18 de novembro de 1994.

CAPITULO XIII- DELIBERAÇÕES SOCIAIS

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - As deliberações sociais, bem como os casos não previstos neste contrato, serão tomadas e solucionadas por maioria absoluta de votos, valendo, cada cota, um voto, salvo nas hipóteses previstas nos incisos V (modificação do contrato



social) e VI (incorporação, fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do seu estado de liquidação) do art. 1.071 do Código Civil de 2002, para as quais serão necessárias votos correspondentes a três quartos do capital social, bastando tantas assinaturas quantas sejam necessárias para materializar essa maioria e autorizar o registro.

Parágrafo Primeiro - Ao sócio dissidente na deliberação social cabe, em prazo subsequente de 30 (trinta) dias, contado do registro da alteração, a manifestação de seu dissenso, com o exercício, de seu direito de retirada.

Parágrafo Segundo - A reunião dos Sócios será realizada em qualquer época, mediante convocação de qualquer Sócio, com antecedência mínima de dez dias, através de Carta Convocatória, com local, data, hora e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - As deliberações serão aprovadas por no mínimo 1/3 do Capital Social, salvo nos casos em que a legislação exigir maior “quorum”.

Parágrafo Quarto - A Reunião ou Assembleia tornam-se dispensáveis quando todos os Sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.



CAPÍTULO XIV – BALANÇO GERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, será procedido o levantamento do Balanço Patrimonial do Exercício, sendo apurados os Lucros ou Prejuízos Acumulados. Quanto aos Lucros, será dada a destinação deliberada pelos Sócios e quanto aos Prejuízos, serão levados à Conta especial, criada para tal fim na Contabilidade.

Parágrafo Único - Os sócios, em reunião que deverá ocorrer nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, deliberarão acerca da destinação dos resultados sociais, podendo os lucros serem distribuídos de forma desproporcional as cotas dos sócios.

CAPÍTULO XV – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - Ocorrerá a dissolução da sociedade nas hipóteses previstas em lei, ou quando assim deliberarem os sócios, procedendo-se, nessa ocasião, à sua liquidação e, uma vez saldado todo o passivo, o ativo restante, em sendo divisível, será rateado entre os sócios, proporcionalmente à sua participação no capital social.

Parágrafo Primeiro - Quanto aos ativos indivisíveis, por sua própria natureza ou por motivos comerciais, serão estes avaliados a preço de mercado e, depois, alienados, sendo o resultado da alienação, rateado entre os sócios, proporcionalmente à sua participação no capital social.

Parágrafo Segundo - A sociedade não se dissolverá pela extinção, retirada ou falência de qualquer cotista.

Paragrafo Terceiro - Ocorrendo motivo que torne incompatível a convivência societária, ou que coloque em risco a continuidade da



Sociedade, em virtude de atos de inegável gravidade, qualquer sócio poderá ser excluído do quadro social, conforme disposto nos artigos 1.085 e 1.086 do Código Civil, salvo se o sócio a ser excluído regularizar sua situação, nos termos da lei e do contrato social, no prazo de 30 (trinta) dias, a ser contado da data do recebimento das notificações que os sócios regulares deverão notificá-lo.

Parágrafo Quarto - A sociedade poderá ainda se dissolver de modo unilateral, com o advento da exclusão de um dos sócios que vier a cometer falta grave no cumprimento de suas obrigações, conforme preconiza o artigo 1.030 do Código Civil.

Parágrafo Quinto - A dissolução unilateral da sociedade também poderá se dar mediante propositura de ação de dissolução parcial de sociedade, nos termos do artigo 599, III, do Código de Processo Civil, com a finalidade de manutenção da atividade empresarial.

Parágrafo Sexto - Os haveres do sócio excluído serão apurados mediante acordo entre os sócios, ou através de balanço especial, que deverá ocorrer e estar concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da sua exclusão, refletindo o valor patrimonial de mercado da empresa.

Parágrafo Sétimo - As cotas do sócio excluído e o pagamento de seus haveres serão rateados entre os sócios remanescentes, proporcionalmente à participação de cada um no capital social.

Parágrafo Oitavo - O sócio excluído receberá seus haveres mediante acordo entre as partes, ou, na falta deste, em 36 (trinta e seis) parcelas, sendo que 20% (vinte por cento) do valor devido será pago no primeiro ano, em 12 (doze) parcelas iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira parcela em até 60 (sessenta) dias após a data do levantamento do balanço especial, e os 80% (oitenta por cento)



remanescentes, em 24 (vinte e quatro) parcelas iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira, após o pagamento das 12 (doze) parcelas iniciais.

Paragrafo Nono - O valor das parcelas previstas nesta Cláusula serão reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em caso de extinção do INPC, aplicar-se-á o índice oficial ou oficioso que vier a substituí-lo.

Parágrafo Décimo- Após a averbação da retirada ou exclusão do sócio, este não se eximirá da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos, nos termos do artigo 1.032 do Código Civil.

CAPÍTULO XVI - REGÊNCIA SUPLETIVA

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - Nos termos do Art. 1.053 e seus Parágrafos do Código Civil, nas omissões da legislação específica ou do Contrato, a Sociedade reger-se-á pelas normas da Sociedade Simples e, facultativamente, pelas normas da Sociedade Anônima.

CAPÍTULO XVII - DA FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DOS SÓCIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - No caso de extinção ou falência de qualquer dos sócios cotistas, estes serão excluídos da sociedade, sendo seus haveres apurados mediante acordo entre os sócios, ou através de balanço especial, refletindo o valor patrimonial de mercado da empresa, que deverá ocorrer e estar concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do evento.

Parágrafo Único - Os valores e forma de pagamento serão definidos mediante acordo entre os sócios, ou, na falta deste, através da forma



prevista nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro do Capítulo XVII.

CAPÍTULO XVIII - DO DIREITO DE DESLIGAMENTO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - No caso de um dos sócios desejar sair voluntariamente da sociedade, ou seja, retirar-se da sociedade, deverá notificar os outros, por escrito com antecedência mínima de 60 dias (sessenta dias). Os haveres do sócio retirante serão apurados mediante acordo entre os sócios, ou através de balanço especial, que deverá ocorrer e estar concluído no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento das notificações pelos sócios remanescentes, refletindo o valor patrimonial de mercado da empresa.

Parágrafo Primeiro - As cotas do sócio retirante e o pagamento de seus haveres serão rateados entre os sócios remanescentes, proporcionalmente à participação de cada um no capital social.

Parágrafo Segundo - O sócio retirante receberá seus haveres mediante acordo entre as partes, ou, na falta deste, em 36 (trinta e seis) parcelas, sendo que 20% (vinte por cento) do valor devido será pago no primeiro ano, em 12 (doze) parcelas iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira parcela em até 60 (sessenta) dias após a data do levantamento do balanço especial, e os 80% (oitenta por cento) remanescentes, em 24 (vinte e quatro) parcelas, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira, após o pagamento das 12 (doze) parcelas iniciais.

Parágrafo Terceiro - O valor das parcelas previstas neste Capítulo serão reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em



caso de extinção do INPC, aplicar-se-á o índice oficial ou oficioso que vier a substituí-lo.

CAPÍTULO XIX - DO FORO E DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Fica eleito o Foro da Comarca de Itabira/MG, em desfavor de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas deste Contrato Social.

Permanece inalterado o atual quadro de Diretores da Sociedade por tempo indeterminado, devendo os mesmos permanecerem no exercício de suas funções até que sejam substituídos por decisão dos cotistas

Itabira, 11 de novembro de 2020.

MARINA TAMYRIS SILVA FERNANDES

Sócia Retirante

ELIAM MATTHEW DE SOUZA FERNANDES

Sócio - Administrador

RONI AGMAR DE SOUZA FERNANDES

Sócio - Administrador





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/700.349-1	MGP2000913935	13/11/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
130.463.416-79	ELIAM MATTHEW DE SOUZA FERNANDES
115.486.636-03	MARINA TAMYRIS SILVA FERNANDES
000.732.156-27	RONI AGMAR DE SOUZA FERNANDES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MAKE EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA -ME, de NIRE 3120905342-4 e protocolado sob o número 20/700.349-1 em 13/11/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8097818, em 18/11/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Wilson Luiz de Freitas Dias.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
130.463.416-79	ELIAM MATTHEW DE SOUZA FERNANDES
000.732.156-27	RONI AGMAR DE SOUZA FERNANDES
115.486.636-03	MARINA TAMYRIS SILVA FERNANDES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
130.463.416-79	ELIAM MATTHEW DE SOUZA FERNANDES
000.732.156-27	RONI AGMAR DE SOUZA FERNANDES
115.486.636-03	MARINA TAMYRIS SILVA FERNANDES

Belo Horizonte. quarta-feira, 18 de novembro de 2020



Documento assinado eletronicamente por Wilson Luiz de Freitas Dias, Servidor(a) Público(a), em 18/11/2020, às 11:16 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 20/700.349-1.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. quarta-feira, 18 de novembro de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8097818 em 18/11/2020 da Empresa MAKE EMPREENDIMENTOS E CONSTRUTORA LTDA -ME, Nire 31209053424 e protocolo 207003491 - 13/11/2020. Autenticação: B55D99E7AAFC95BAB02FB1595571C1C5E097CFE8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/700.349-1 e o código de segurança dsqH. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/11/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL